



1 Às nove horas do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito, na sede do Tribunal de
2 Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da
3 Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros,
4 **ALOSIO CHAVES, MARA LÚCIA, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, CEZAR COLARES E SÉRGIO**
5 **LEÃO**; e o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução Administrativa nº
6 007/2017. Ausência justificada do Conselheiro **ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**. Presença da
7 Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH**
8 **SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do
9 Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno
10 desta Corte. Convocados os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE CUNHA E SÉRGIO**
11 **DANTAS**, para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do
12 Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que
13 assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos*
14 *neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e
15 aprovação da Ata da Sessão Ordinária nº 06/2018. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE**
16 **JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 201702274-**
17 **00; Prefeitura Municipal de Redenção do Pará; Consulta de 2017;** Consulta "sobre a
18 legalidade de celebração de convênio com a Defensoria Pública, e posterior cessão de servidores
19 (efetivos e temporários)"; Interessado: Carlo Iavé Furtado de Araújo; Relatora: Conselheira Mara
20 Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 260 de 16/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental
21 a Conselheira Mara Lúcia procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**.
22 Em seguida, a Conselheira Relatora apresentou sua resposta à Consulta para deliberação
23 Plenária. **Em votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Cezar Colares e Sérgio Leão, bem como
24 os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam a decisão
25 monocrática da Conselheira Relatora. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
26 **unanimidade**, decidiu aprovar a resposta à Consulta apresentada (Resolução nº 13.701)
27 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201704953-00; Prefeitura**
28 **Municipal de Capanema; TAG de 2017;** Termo de Ajustamento de gestão nº 128/17
29 Responsável: Francisco Ferreira Freitas Neto; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros;
30 Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.**
31 Retirado de Pauta. **Processo nº 201704956-00; Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu;**
32 **TAG de 2017;** Termo de Ajustamento de Gestão nº 134/17; Responsável: Ronaldo Lopes de
33 Oliveira; Ministério Público Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio
34 José Guimarães; **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
35 **201704960-00; Prefeitura Municipal de Peixe-Boi; TAG de 2017;** Termo de Ajustamento
36 de Gestão nº 146/17; Responsável: Antonio Mozart Cavalcante Filho; Ministério Público:
37 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado**
38 **no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201704963-00;**
39 **Prefeitura Municipal de Primavera TAG de 2017;** Termo de Ajustamento de Gestão nº



40 148/17; Responsável: Ana Renata Brito de Sousa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
41 Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 265 de
42 23/02/2018. Retirado de Pauta. **Processo nº 201704967-00; Prefeitura Municipal de**
43 **São Francisco do Pará TAG de 2017;** Termo de Ajustamento de Gestão nº 156/17;
44 Responsável: Marcos Cesar Barbosa e Silva; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da
45 Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 265 de**
46 **23/02/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 320012008-00; Prefeitura Municipal de**
47 **Igarapé-Açu; Prestação de Contas de 2008; Contas Anuais de Gestão;** Responsável:
48 Vicente de Paula Pedrosa da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
49 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloisio Chaves; Advogado/Contador: Julião Neves da
50 Rocha Júnior – CRC - PA 6109; **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo
51 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
52 se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
53 Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
54 **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar
55 Colares e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o
56 Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu
57 pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos
58 ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.888). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
59 **Processo nº 320012008-00; Origem Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu; Prestação**
60 **de Contas de 2008;** Contas Anuais de Governo; Responsável: Vicente de Paula Pedrosa da
61 Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
62 Conselheiro Aloísio Chaves; Advogado/Contador: Julião Neves da Rocha Júnior – CRC - PA 6109;
63 **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Sobrestado. **Processo nº 310012011-00;**
64 **Prefeitura Municipal de Gurupá; Prestação de Contas de 2011** Contas Anuais de Gestão;
65 Responsável: Manoel Moacir Gonçalves Alho; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:
66 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador:
67 Rosivaldo da Silva Lima - CRC/PA nº 13.857; **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.**
68 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
69 manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao
70 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu
71 seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e
72 Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas,
73 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
74 **unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o
75 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.889).
76 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 310012011-00; Prefeitura**
77 **Municipal de Gurupá; Prestação de Contas de 2011;** Contas Anuais de Governo;
78 Responsável: Manoel Moacir Gonçalves Alho; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:



79 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador
80 Rosivaldo da Silva Lima - CRC/PA nº 13.857; **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.**
81 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
82 manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o
83 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
84 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros José Carlos
85 Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos
86 Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou
87 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela
88 irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
89 Estadual (Resolução nº 13.696). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
90 **1170012013-00; Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá; Prestação de**
91 **Contas de 2013; Contas Anuais de Gestão;** Responsável: Maria de Sousa Oliveira; Instrução:
92 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
93 Cezar Colares; Advogado/Contador: Wolney Vasconcelos Dias Júnior; **Publicado no DOE nº 265**
94 **de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
95 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o
96 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
97 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros José Carlos
98 Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos
99 Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou
100 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e
101 aplicação de multas (Acórdão nº 31.890). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**
102 **nº 1170012013-00; Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá; Prestação de**
103 **Contas de 2013; Contas Anuais de Governo;** Responsável: Maria de Sousa Oliveira;
104 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator:
105 Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Wolney Vasconcelos Dias Júnior; **Publicado no**
106 **DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
107 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade
108 das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria
109 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os
110 Conselheiros José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como os
111 Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra.
112 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de
113 parecer prévio pela irregularidade das contas, com aplicação de multa, e o encaminhamento de
114 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 13.697). Presidência do Conselheiro
115 Daniel Lavareda. **Processo nº780012013-00; Prefeitura Municipal de São João do**
116 **Araguaia; Prestação de Contas de 2013; Contas Anuais de Gestão;** Responsável: João
117 Neto Alves Martins; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria



118 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Alexandre Gama Bastos
119 – CRC 11.372/0-3; Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018. Retirado de Pauta. **Processo**
120 **nº780012013-00; Origem Prefeitura Municipal de São João do Araguaia; Prestação de**
121 **Contas de 2013;** Contas Anuais de Governo; Responsável: João Neto Alves Martins; Instrução:
122 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
123 Cezar Colares; Advogado/Contador: Alexandre Gama Bastos – CRC 11.372/0-3; Publicado no
124 **DOE nº 265 de 23/02/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº300012014-00: Prefeitura**
125 **Municipal de Faro; Prestação de Contas de 2014; Contas Anuais de Gestão;**
126 Responsável: Marinete Costa Machado; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:
127 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares Advogado/Contador
128 Maria de Nazaré Alves Pessoa - CRCPA 3.331; Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.
129 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
130 manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao
131 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
132 seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e
133 Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas,
134 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
135 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres municipais,
136 aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual
137 (Acórdão nº 31.891). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº300012014-00;**
138 **Prefeitura Municipal de Faro; Prestação de Contas de 2014; Contas Anuais de**
139 **Governo;** Responsável: Marinete Costa Machado; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:
140 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador:
141 Maria de Nazaré Alves Pessoa - CRCPA 3.331; Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.
142 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
143 manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o
144 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
145 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros José Carlos
146 Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos
147 Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou
148 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela
149 irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao
150 Ministério Público Estadual (Resolução nº 13.697). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
151 **Processo nº1080032010-00; Fundo Municipal de Educação de Água Azul do Norte;**
152 **Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Márcia Luciane de
153 Oliveira; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da
154 Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Walkiria Farias Costa CRC:
155 016710/O-5/PA; Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018. Cumprindo dispositivo
156 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela



157 regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em**
158 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Daniel
159 Lavareda, Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e
160 Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
161 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de
162 multas (Acórdão nº 31.892). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
163 **1220032010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Bárbara do Pará;**
164 **Prestação de Contas de 2010;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Márcia Cristina Leal
165 Goes; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da
166 Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Francisco A. Capela Sampaio;
167 **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
168 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas,
169 com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
170 **Em votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como os
171 Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra.
172 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
173 contas, com a expedição do competente Alvará de Quitação (Acórdão nº 31.893). Presidência do
174 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº932782012-00; Fundo Municipal de Assistência**
175 **Social de Garrafão do Norte; Prestação de Contas de 2012;** Contas Anuais de Gestão;
176 Responsável: Rosana Pinheiro Benevides; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público:
177 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador:
178 Wolney Vasconcelos Dias Júnior CRC 60486 – PA **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.**
179 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
180 manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em**
181 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros Daniel
182 Lavareda, Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha,
183 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
184 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas
185 (Acórdão nº 31.894). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº1160022012-**
186 **00; Câmara Municipal de Jacareacanga; Prestação de Contas de 2012;** Contas Anuais de
187 Gestão; Responsável: Elias Freire Santos; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:
188 Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado**
189 **no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
190 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com
191 ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. **Em**
192 **votação:** Os Conselheiros Daniel Lavareda, Cezar Colares e Sérgio Leão, bem como os
193 Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam a Relatora na íntegra.
194 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
195 contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.895). Presidência do Conselheiro



196 Daniel Lavareda. **Processo nº 554232008-00; Fundo Municipal de Valorização do**
197 **Servidor de Paragominas; Prestação de Contas de 2008;** Contas Anuais de Gestão;
198 Responsável: Adnam Demachki; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
199 Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº**
200 **265 de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
201 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada
202 **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros José
203 Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Cezar Colares e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros
204 Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam a Relatora na íntegra. A
205 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
206 contas, com a expedição do competente Alvará de Quitação (Acórdão nº 31.896). Presidência do
207 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 652032014-00; Fundo Municipal de Assistência**
208 **Social de Salinópolis; Prestação de Contas de 2014;** Contas Anuais de Gestão;
209 Responsável: Mirian de Almeida Holanda Silva Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:
210 Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador:
211 José Maria Moreira Campos CRC/Pa 6175; **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.**
212 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
213 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
214 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Daniel
215 Lavareda, Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e
216 Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
217 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de
218 multas (Acórdão nº 31.897). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
219 **1272142010-00; Fundo Municipal de Saúde de Trairão; Prestação de Contas de 2010;**
220 **Contas Anuais de Gestão;** Responsável: Viviane da Silva Vilhena (01/01 a 05/06) e Sr. Ilson da
221 Silva Sousa (06/06 a 31/12); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral
222 Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 265 de**
223 **23/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
224 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A
225 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os
226 Conselheiros Aloisio Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda e Mara Lúcia, bem como os
227 Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra.
228 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
229 contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.898). Presidência do Conselheiro
230 Daniel Lavareda. **Processo nº 404112013-00; FUNDEB de Limoeiro do Ajuru; Prestação**
231 **de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Amarildo Gonçalves Pinheiro;
232 Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator:
233 Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo
234 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela



irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda e Mara Lúcia, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 31.899). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº492222013-00; Fundo Municipal de Cultura, Turismo e Esporte de Muaná; Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Heider Nunes de Matos; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda e Mara Lúcia, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.900). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº504052009-00; Fundo Municipal de Educação/FUNDEB de Nova Timboteua; Prestação de Contas de 2009;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Antônio Nazaré Elias Correa; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda e Mara Lúcia, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.901). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº34162009-00; Fundo Municipal de Meio Ambiente de Afuá; Prestação de Contas de 2009;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: José de Almeida Cacula; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha; Relator: Originário Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Raimundo Edson Amorim Santos - CRC 957400-PA; **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Originário. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das



274 contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.902). Presidência do Conselheiro
275 Daniel Lavareda. **Processo nº 201707372-00; Prefeitura Municipal de Redenção do**
276 **Pará; Denúncia Externa de 2017 Despacho de Inadmissibilidade de Denúncia; Denunciante**
277 **Anônimo; Denunciado: Carlo Iavé Furtado de Araújo (Prefeito Municipal) e Marcelo França (Vice-**
278 **Prefeito); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha;**
279 **Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.**
280 Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora deu conhecimento ao Plenário da
281 inadmissibilidade da Denúncia, nos termos do §3º, do art. 292, do RI/TCM-PA (Ato n.º 19/2017).
282 A matéria foi colocada **em discussão. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, José Carlos
283 Araújo, Daniel Lavareda e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e
284 Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
285 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela inadmissibilidade da Denúncia, e sua anexação à
286 Prestação de Contas de Gestão do referido Município (Acórdão nº 31.903). Presidência do
287 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201708441-00; Prefeitura Municipal de Santa**
288 **Bárbara do Pará; Denúncia Externa de 2013; Despacho de Inadmissibilidade de Denúncia;**
289 **Denunciante: Sem Identificação; Denunciado Sr. Ciro Goês (Prefeito Municipal); Instrução: 3ª**
290 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira**
291 **Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo
292 regimental, a Conselheira Relatora deu conhecimento ao Plenário da inadmissibilidade da
293 Denúncia, nos termos do §3º, do art. 292, do RI/TCM-PA (Ato n.º 19/2017). A matéria foi
294 colocada **em discussão. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, José Carlos Araújo,
295 Daniel Lavareda e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio
296 Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
297 **unanimidade**, decidiu pela inadmissibilidade da Denúncia, e sua anexação à Prestação de
298 Contas de Gestão do referido Município (Acórdão nº 31.904). Presidência do Conselheiro Daniel
299 Lavareda. **Processo nº 201800536-00; Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia;**
300 **Representação Externa de 2018; Despacho de Admissibilidade de Representação;**
301 **Denunciante Sr: Cleiton da Luz Carvelli (Vereador); Denunciado Sr: José Rodrigues de Miranda;**
302 **Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora:**
303 **Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo
304 dispositivo regimental, a Conselheira Relatora deu conhecimento ao Plenário da admissibilidade
305 da Representação, e sua anexação à Prestação de Contas, a fim de que o Representado seja
306 citado e apresente defesa e/ou tome providências para sanar as irregularidades apontadas. A
307 matéria foi colocada **em discussão. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, José Carlos
308 Araújo, Daniel Lavareda e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e
309 Sérgio Dantas, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
310 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela admissibilidade da Representação, e sua anexação à
311 Prestação de Contas, a fim de que o Representado seja citado e apresente defesa e/ou tome
312 providências para sanar as irregularidades apontadas (Acórdão nº 31.905). Presidência do



313 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº201708306-00 (870022009-00); Câmara**
314 **Municipal de Xinguara; Pedido de Revisão de 2009;** Face ao Acórdão nº 27.466/2015;
315 Autor Sr.: Valdir Manoel da Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
316 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Anselmo de
317 Oliveira Freitas - CRC 9.348; **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo
318 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
319 se pelo conhecimento e provimento total do Pedido de Revisão, com a reforma a decisão
320 recorrida. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em**
321 **votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Antonio José Guimarães,
322 bem como o Conselheiros Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o relator na íntegra. A
323 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e
324 provimento total do Pedido de Revisão, com a reforma a decisão recorrida (Acórdão nº 31.906).
325 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº662042012-00 (201610531-00);**
326 **Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Salvaterra; Recurso de 2012;**
327 **Ordinário contra o Acórdão n.º 28.964 de 28/04/2016; Recorrente Sr: Cirlene Oliveira Araújo;**
328 **Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator:**
329 **Conselheiro Aloísio Chaves; Advogado/Contador: Sr Elizeu Mendes Figueira - OAB/PA n.º 7227;**
330 **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
331 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento
332 parcial do Recurso, com a manutenção a decisão recorrida. A matéria foi colocada **em**
333 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio
334 Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Antonio José Guimarães, bem como o Conselheiros
335 Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o relator na íntegra. A Presidência proclamou a
336 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do
337 Recurso, com a manutenção a decisão recorrida (Acórdão nº 31.907). Presidência do Conselheiro
338 Daniel Lavareda. **Processo nº344062013-00; Fundo Municipal de Saúde de Inhangapi;**
339 **Reabertura de 2013;** De Instrução Responsável: Sr: José Ernandes Brito da Silva (01/01 a
340 31/07) e Elen Josiane Bittencourt Ferreira do Espírito Santo (01/08 a 31/12) Instrução: 5ª
341 Controladoria; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas Redistribuído por delegação do
342 Conselheiro Daniel Lavareda de acordo com a Resolução nº 07/2017 **Publicado no DOE nº 265**
343 **de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Substituto solicitou a
344 reabertura da instrução do processo, no que foi ratificado pelo Conselheiro Originário. A matéria
345 foi colocada **em discussão. Em votação:** A Conselheira Mara Lúcia, os Conselheiros Cezar
346 Colares e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o
347 Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
348 autorizar a reabertura solicitada (Resolução nº 13.699). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.
349 **Processo nº750042014-00; Origem Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São**
350 **Domingos do Capim; Reabertura de 2014;** De Instrução Responsável: Ângelo Neves dos
351 Santos (Período de julho a dezembro) Instrução: 5ª Controladoria Relator: Conselheiro Substituto



352 Sérgio Dantas; Redistribuído por delegação do Conselheiro Daniel Lavareda de acordo com a
353 Resolução nº 07/2017 Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018. Cumprindo dispositivo
354 regimental, o Conselheiro Substituto solicitou a reabertura da instrução do processo, no que foi
355 ratificado pelo Conselheiro Originário. A matéria foi colocada **em discussão. Em votação:** A
356 Conselheira Mara Lúcia, os Conselheiros Cezar Colares e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro
357 Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a
358 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada (Resolução nº
359 13.700). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201801585-00; Prefeitura**
360 **Municipal e Secretaria Municipal de Saúde de São Félix do Xingu; Medida Cautelar de**
361 **2018;** Prestação de Contas - Pregão Presencial nº 006/2018-SRP; Responsável: Sr Minervina
362 Maria Barros da Silva e Sr. Ireno Pereira Gomes; Filho Instrução: 2ª Controladoria; Relator:
363 Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 265 de 23/02/2018.** Cumprindo dispositivo
364 regimental, o Conselheiro Relator submeteu ao Plenário a Homologação de Medida Cautelar para
365 deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do inciso I, do Art. 146 do RI/TCM/PA, conforme
366 Relatório do Conselheiro Relator. A matéria foi colocada **em discussão. Em votação:** Os
367 Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos
368 Alexandre Cunha e Sérgio Dantas, acompanharam a decisão monocrática do Conselheiro Relator.
369 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar Medida
370 Cautelar apresentada. (Acórdão nº 31.908). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
371 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** O Conselheiro Presidente Daniel Lavareda, colocou para a
372 aprovação do Pleno as seguintes Resoluções Administrativas: **1.** Regimento Interno do Gabinete
373 Militar do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, criado através da Lei Estadual N.º
374 7.795/2014, e dá outras providências; **2.** Dispões sobre os procedimentos para apresentação
375 eletrônica das prestações de contas e demais documentos complementares e respectivas
376 retificadoras no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras
377 providências; **3.** Regulamenta o aplicativo **"TCM-PA NAS ESCOLAS"** no âmbito do Tribunal de
378 Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras providências. A matéria foi colocada **em**
379 **discussão. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, José Carlos Araújo, Mara Lúcia, Cezar
380 Colares e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas,
381 acompanharam a decisão monocrática do Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a
382 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar as Resoluções Administrativas
383 apresentadas. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** O
384 Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda, convidou o Cerimonial desta Corte de Contas para que
385 fosse realizada a concessão das Láureas de Mérito Pessoal aos Militares, conforme Portaria nº
386 004/2018 - Gabinete do Comando Geral, de 11 de janeiro de dois mil e dezoito. O Comandante
387 Geral do Pará, Coronel Hilton Celson Benigno de Sousa, através da portaria nº 050/2004, que
388 normatiza a Concessão da Láurea de Mérito Pessoal, e considerando a indicação contida no ofício
389 nº 001/2018 - Gabinete Militar/TCM-PA, resolve conceder através do Art.1, aos Policiais Militares
390 nominados pelos relevantes serviços prestados: Primeiro Tenente Coronel QOPM. Francisco Gilvan



391 Lopes da Nóbrega Júnior; Terceiro Sargento PM. Pedro da Costa Monteiro Neri; Terceiro Sargento
392 PM. Ladielson Ferreira dos Anjos; Terceiro Sargento PM. Geovane Ferreira de Sousa; Cabo PM.
393 João Amador dos Santos. Em sequência, o Conselheiro Daniel usou da palavra para convidar o
394 Coronel Verdelho e o Major Maicon para que viessem entregar as Láureas de Mérito Pessoal em
395 conjunto com os Conselheiros Aloisio Chaves, José Carlos Araújo, Mara Lúcia, Cezar Colares e
396 Sérgio Leão. Na sequência, a palavra fora franqueada ao Coronel Verdelho para expressar que a
397 entrega das Láureas, é uma maneira de motivar, e tornar o mérito de forma física os trabalhos
398 desenvolvidos pelos militares. Por fim, o Conselheiro Daniel Lavareda expressou sua satisfação
399 pelo reconhecimento dos serviços desempenhados pelo Gabinete Militar. **ENCERRADA** a
400 presente Sessão, às doze horas da qual foi lavrada a presente Ata.
401 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, vinte e sete de
402 fevereiro de dois mil e dezoito.
403 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 018/2018, em vinte e dois de março de dois mil e dezoito.
404 Visto:

Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente / Presidente da Sessão

Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira / Vice-Presidente / Presidente da Sessão

Jorge Antônio Cajango Pereira
Secretário Geral